



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 18ª reunião, realizada em 22 de dezembro de 2017

1 Em 22 de dezembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira
5 Brandão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de
7 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
8 (Sedectes); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo
9 (Segov); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Casa
10 Civil e de Relações Institucionais (Seccri); Paulo Eugênio de Oliveira, da
11 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).
12 Representantes da sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, do Instituto Brasileiro
13 de Mineração (Ibram); Ricardo Goulart Castilho de Souza, do Sindicato da
14 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana Aparecida
15 Garcia, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado
16 de Minas Gerais (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do
17 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
18 (Fonasc); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação
19 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do
20 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou
23 aberta a 18ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**
24 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria Teresa
25 Viana de Freitas Corujo: “O nosso primeiro comunicado, para constar em ata, é
26 que no dia 14 nós enviamos um e-mail sobre a questão do retorno de vista com
27 as considerações a respeito, principalmente o fato de que na última reunião
28 desta Câmara, no dia 12, foi justificada como legal a disponibilização do Parecer
29 Único da Anglo American no dia 7. Foi disponibilizado no site em torno das 5h
30 da tarde ou 4h30 da tarde. E que era legal disponibilizar no dia 7, para uma
31 reunião no dia 11. Que os cinco dias delimitados no âmbito do Regimento
32 Interno estavam configurados dessa forma. Com essa premissa, o Fonasc
33 requereu, então, que os pareceres de vista pudessem ser enviados no domingo,
34 dia 17, porque eles poderiam ser disponibilizados no dia 18, que configuraria os
35 mesmos cinco dias, que o Estado entendeu legal a disponibilização do Parecer
36 Único. Lamentavelmente, apesar de duas reiteraões, nós tivemos a resposta
37 no sentido de que seria uma exceção. Isso veio por parte de um e-mail do

38 secretário adjunto, que diz que, excepcionalmente, seria permitida a entrega.
39 Diante desse fato, o Fonasc avaliou, e nós informamos ao Estado que o que o
40 Fonasc requereu não foi uma exceção ao Regimento Interno, porque nós
41 entendemos que o que o Regimento estabelece é para ser respeitado. Então,
42 diante da resposta do Estado, o Fonasc enviou o seu parecer de vista no dia 15.
43 Então, queremos registrar que é fundamental que haja um posicionamento
44 jurídico definitivo sobre as questões do prazo. Porque em outras Câmaras
45 Técnicas existem diferentes formas e prazos de serem entregues pareceres de
46 vista. O Fonasc entende que vem sendo lesado no seu direito de preparar e
47 analisar, com critério, os licenciamentos. Então, o Fonasc está requerendo um
48 posicionamento jurídico sobre a questão de prazos de retorno de vista, porque
49 têm havido entendimentos com falta de equidade em relação a essa questão.
50 Um segundo informe tem a ver com duas demandas do Fonasc. Elas foram
51 feitas no dia 19. Uma se referia a um requerimento sobre espaço para esta
52 reunião, para que o direito à participação de todos em reunião pública fosse
53 garantido ou disponibilizado outro espaço. O outro requerimento do dia 19, do
54 Fonasc, foi: conforme o artigo 38 do Regimento Interno, que estabelece que
55 poderão ser convidadas pelo presidente das estruturas colegiadas do COPAM,
56 para participar das reuniões, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e
57 instituições relacionadas à matéria constante da pauta, o Fonasc requereu que
58 fosse convidada a Sra. Ana Flávia Moreira Santos, do Gesta/UFMG, para
59 prestar esclarecimentos técnicos sobre questões afetas ao processo de
60 licenciamento da Anglo American. O Fonasc registra que, lamentavelmente,
61 nenhum dos dois requerimentos do Fonasc, que integra esta Câmara, sequer foi
62 respondido. O Fonasc entende como muito grave, porque essas Câmaras são
63 Câmaras Técnicas do COPAM. Então, se algum integrante dessas Câmaras ou
64 de outras unidades do COPAM envia requerimento, solicitação, pedido de
65 informe, no mínimo, o que se espera é que seja respondido. E por último eu
66 tenho um informe por demanda de pessoas de Paracatu muito preocupadas
67 com o rio Santa Catarina. Eu reparei só alguns slides. Eles solicitaram que eu
68 trouxesse a esta Câmara uma grave questão envolvendo o rio Santa Catarina,
69 em Vazante. A situação é tão grave que, em julho, houve uma visita por parte
70 de integrantes do CBH Paracatu. Algumas fotos que nós recebemos estão aí.
71 Existe uma questão que envolve dolinas, abatimentos, secamento completo de
72 cursos d'água. Inclusive, uma foto de um furo desses dolinamentos no rio, que
73 secou o rio, e os peixes mortos. Além do que eles me mandaram – porque eles
74 fizeram uma apresentação no CBH Paracatu –, tem um trecho completo do rio
75 Santa Catarina, em Vazante, totalmente seco. E a área que pertence à
76 Votorantim Metais é, precisamente, na área onde tem essa questão do rio seco
77 e uma quantidade de dolinamentos, uma situação muito grave. Existem novas
78 dolinas, que acontecerem neste ano, novos pontos. Houve uma reunião com o
79 Ministério Público em junho deste ano, que teve como proposta que fosse,
80 então, realizada uma Avaliação Ambiental Integrada, com estudos de dados

81 geológicos e hidrogeológicos referentes a essa região onde o empreendimento
 82 está inserido, incluindo sua área de influência, correlacionando os possíveis
 83 impactos do empreendimento com a seca do rio Santa Catarina, e avaliação da
 84 interferência do atual cenário de crise hídrica. No CBH Paracatu, o
 85 encaminhamento que foi tratado lá é: ‘Embora todas as explicações realizadas
 86 pela Votorantim Metais identifiquem, exclusivamente, o problema da estiagem e
 87 crise hídrica, é necessário fazer uma análise mais temporal, considerando todo
 88 o ciclo de vida da empresa e as relações entre o histórico de aparecimento de
 89 dolinas na área de influência do empreendimento e sua operação. É preciso
 90 também que haja o escoamento normal do leito do manancial hídrico. Só assim
 91 haverá recomposição do desenvolvimento da vida aquática em toda a extensão
 92 do manancial, que é fundamental para a minimização dos impactos da
 93 mineração, que estão sendo agravados pela crise hídrica. Eu quero que conste
 94 em ata, na íntegra, esse comunicado, que nós, Fonasc, estamos atendendo ao
 95 pedido de muitas pessoas na região, preocupadas com essa grave situação em
 96 Vazante.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Com relação à questão dos
 97 prazos, foi feito um e-mail da assessoria com o entendimento da Secretaria, o
 98 entendimento jurídico, colocado e que vem sendo adotado em todas as
 99 reuniões deste Conselho. Então, eu só queria registrar que o entendimento que
 100 está sendo aplicado no caso desse parecer é o mesmo que vem sendo aplicado
 101 durante toda a tramitação dos processos em todas as Câmaras deste Conselho.
 102 Então, não tem dois entendimentos, é um entendimento só que está sendo
 103 aplicado. Cada prazo no Regimento é contado a partir de um artigo específico, e
 104 foi colocado no e-mail como isso é colocado.” Vânia Mara de Souza Sarmento,
 105 assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Como já colocado na reunião
 106 anterior, senhor presidente, a questão do processo, ele foi colocado em tempo
 107 regimental para uma reunião extraordinária. O Regimento Interno, que é a DN
 108 COPAM 177/2012, esclarece que o prazo para a pauta extraordinária é contado
 109 do dia da publicação à data da sua reunião. Então, se o parecer foi
 110 disponibilizado no dia 7, e a reunião é no dia 11, entendemos, juridicamente,
 111 que o prazo foi respeitado. A convocação anterior é porque, além do item citado
 112 pela conselheira, tinha outros itens de pauta também. Mas foi respeitado o
 113 prazo regimental para inserção de documentos. Eu, particularmente, como
 114 secretaria executiva, desconheço que outras Câmaras tenham tido prazos
 115 privilegiados. Então, se a conselheira quiser, ela pode encaminhar para nós
 116 algum caso concreto, para que possamos até responder. Eu, particularmente, à
 117 frente da secretaria executiva, desconheço. Agora, com relação aos demais
 118 prazos, eu vou pedir ao Dr. Lucas Alpoim, que é da assessoria jurídica do
 119 Gabinete, para dar a resposta.” Lucas Alpoim de Araújo, da assessoria do
 120 Gabinete da SEMAD: “No que toca ao prazo para a disponibilização das
 121 manifestações à sociedade como um todo, a todos os conselheiros, o
 122 precedente jurídico que a conselheira solicitou foi dado no e-mail. Ela nos
 123 questionou, gostaria de uma consulta jurídica que respondesse qual será o

124 prazo, afim de uniformizar o entendimento, a interpretação a respeito da
 125 contagem, se vai incluir o prazo também da data da reunião ou não. E no e-mail
 126 foi colocado, de forma clara, até que houve uma consulta jurídica por parte da
 127 secretaria executiva, que o prazo para disponibilização das manifestações não
 128 inclui o dia da reunião. Foi dito até, excepcionalmente, para a conselheira, que
 129 ela poderia – dada a exiguidade do prazo a que ela teria acesso aos
 130 documentos –, excepcionalmente, se manifestar em um domingo. E a
 131 excepcionalidade se deve porque a Lei do Processo Administrativo do Estado
 132 prevê que os atos processuais serão praticados de segunda a sexta-feira.
 133 Então, houve uma concessão por parte da secretaria executiva, afim de
 134 contemplar o interesse da conselheira, de que ela tivesse mais tempo para se
 135 manifestar, sem prejudicar o prazo dos demais conselheiros de tomarem
 136 conhecimento do conteúdo de voto e manifestação, que seria o prazo de cinco
 137 dias, que é o prazo regimental.” Vânia Mara de Souza Sarmento, assessora dos
 138 Órgãos Colegiados/SEMAD: “Só lembrando que foi uma discricionariedade do
 139 secretário executivo do COPAM, que é o secretário de Estado adjunto aqui
 140 presente, o Dr. Anderson, que entendeu também as colocações do e-mail e
 141 trouxe essa excepcionalidade.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
 142 Corujo: “Aproveitando que tem a assessoria jurídica, o prazo para entrega,
 143 envio, disponibilização de documentos à sociedade qual é?” Lucas Alpoim de
 144 Araújo, da assessoria do Gabinete da SEMAD: “Lucas, assessoria do Gabinete.
 145 A assessoria jurídica da SEMAD é um órgão apartado. O meu entendimento é
 146 que o prazo é de cinco dias, anterior à data da reunião. Então, em tese, o dia de
 147 hoje, o dia da reunião, não poderia contar, porque é impraticável que o
 148 conselheiro tenha conhecimento e venha, se prepare, a sociedade tenha
 149 conhecimento, computando o dia de hoje como válido para fins de, realmente,
 150 dar conhecimento.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Então,
 151 está confirmado o entendimento do Fonasc de que não existe equidade.
 152 Reparem. Para quem não está sabendo da história. Se é ‘cinco dias’ não
 153 contando o dia da reunião, o Parecer Único sobre a Anglo American, para a
 154 reunião do dia 11, não poderia ser disponibilizado no dia 7. Porque dia 7: sete,
 155 oito, nove, dez, onze. O que o Fonasc está requerendo ao Estado é que, se tem
 156 um único Regimento, e que o âmbito da disponibilização de documentos é
 157 regido por um determinado artigo, qual a razão de haver entendimentos na
 158 disponibilização de documentos? Em relação à convocação, é colocado que a
 159 convocação conta o dia do envio e conta o dia da reunião. No âmbito da
 160 disponibilização de documentos, o Regimento não tem distinção. O que o
 161 Fonasc está querendo é o entendimento, qual é, realmente, o entendimento
 162 jurídico. Você não respondeu. É ‘cinco dias’ para disponibilização de
 163 documentos à sociedade, sem contar o dia da reunião.” Vânia Mara de Souza
 164 Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Senhora conselheira,
 165 nós estamos falando de dois prazos. Eu vou pedir até ao Dr. Yuri, que está com
 166 o Regimento Interno aberto, para poder nos esclarecer. Lembrando que o

167 Regimento Interno é aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental,
168 não é um ato isolado da Secretaria, ele foi amplamente divulgado, amplamente
169 discutido, inclusive no Plenário do COPAM e em todas as unidades colegiadas
170 do COPAM. Eu vou pedir ao Dr. Yuri, então, que faça a leitura de onde estão
171 contemplados os dois prazos.” Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da
172 CMI: “Como o Dr. Lucas falou, nós estamos aqui diante de dois prazos
173 diferentes. Uma coisa é o prazo regimental em relação às vistas. A outra coisa é
174 o prazo que está previsto também no Regimento em relação à disponibilização
175 do material para a reunião. Esse prazo a que agora a senhora se refere – sendo
176 que o primeiro já foi muito bem explicado pelo Dr. Lucas – está previsto e já foi
177 objeto, inclusive, de discussão da reunião anterior. Na reunião passada, nós
178 citamos esse mesmo artigo a que a senhora se referenciou, sem fazer
179 referência ao §2º. Vou lê-lo de novo. Artigo 20: ‘As reuniões ordinárias e
180 extraordinárias serão convocadas por meio eletrônico e as suas pautas e
181 respectivos documentos disponibilizados no site oficial do COPAM com
182 antecedência mínima de 10 (dez) dias’. É o caput do artigo 20. O §2º
183 excepciona isso: ‘No caso das reuniões extraordinárias, os prazos estabelecidos
184 neste artigo poderão ser reduzidos para até 5 (cinco) dias.’ Os prazos em
185 relação aos documentos disponibilizados, aos pareceres, foram antes. Foram
186 disponibilizados até mesmo antes. O que estava havendo a discussão era
187 justamente em relação ao pedido de vista. Salvo engano, o prazo em que foram
188 disponibilizados os pareceres foi antes mesmo desse prazo de cinco dias,
189 quando foi a convocação da reunião. E o Renato está colocando aqui em
190 relação à reunião. São prazos diferentes. A senhora está só fazendo uma
191 confusão em relação a isso.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
192 “Não estou. A confusão não sou eu quem está fazendo nem o Fonasc. Acabou
193 de dizer, o Renato, é ‘cinco dias’. Está aqui, o §2º. A questão não é se o
194 conselheiro tem que enviar o parecer de vista em até cinco dias, não estamos
195 entrando nesse mérito. Mas o que significa, que é tratada a questão dos cinco
196 dias, porque o próprio documento que você leu, Sr. Yuri, é ‘até cinco dias’.
197 Então, a pergunta do Fonasc, no âmbito da equidade, é: por que até cinco dias
198 o Parecer Único da Supram ou Suppri sobre a Anglo American foi entendido
199 como dia 7? Foi colocado no dia 7, para uma reunião no dia 11. De 7 até o dia
200 11 são cinco dias. Por que a disponibilização no prazo dos cinco dias, no caso
201 do parecer de vista do Fonasc, não contemplou o mesmo regramento dos
202 cinco dias para o Parecer Único? Porque, inclusive, se fosse igual ao Parecer
203 Único, o Fonasc teria direito de enviar esse parecer de vista – e os demais – no
204 dia 18. Reparem: 18, 19, 20, 21 e 22. Então, nós estamos aqui tratando não é
205 que o Fonasc está questionando até cinco dias o envio do parecer de vista. Nós
206 estamos trazendo é que existe uma falta de equidade em ter atendido com os
207 cinco dias. E por isso nós requeremos que haja, realmente, um posicionamento
208 jurídico, assinado, trazendo os elementos até para a segurança jurídica e para
209 que o Fonasc avalie como vai lidar com o fato de que nós entendemos que o

210 Fonasc foi lesado. Porque nós nunca iríamos mandar o parecer de vista no dia
211 17 tendo o Estado colocado que seria uma excepcionalidade, porque o Fonasc
212 não entende que tem que se abrir excepcionalidades em questões que são
213 estabelecidas no Regimento Interno. Então, o Fonasc foi prejudicado, enviou no
214 dia 15, porque o Estado não respondeu e tratou a questão dos cinco dias de
215 forma diferente em duas instâncias relacionadas com esse licenciamento.
216 Vamos aguardar. Nós queremos o argumento jurídico da Advocacia, do setor
217 jurídico, com essa questão muito bem colocada, porque não existe justificativa,
218 e essa que foi dada, realmente, não tem o menor nexo.” Presidente Renato
219 Teixeira Brandão: “Conselheira, nós temos aqui a assessoria jurídica desta
220 mesa, que fala com relação ao regimento. Se o Fonasc entende que foi lesado
221 e que quer fazer esse questionamento, o Fonasc pode mandar para o secretário
222 o questionamento. Nós estamos abertos. Mas o que nós temos que entender é:
223 no âmbito desta Câmara, a senhora quer propor uma moção com relação a
224 esse esclarecimento? Porque nós precisamos pontuar as colocações e os
225 esclarecimentos feitos aqui, mas, se a conselheira entende que quer um pedido
226 adicional, ou a conselheira encaminha, via sua instituição, esse pedido formal
227 ou nós podemos deliberar aqui junto à Câmara se vai ser feito esse
228 questionamento. Vai ser trazido aqui pela assessoria jurídica o entendimento –
229 que foi colocado, inclusive no e-mail, que foi copiado para a maioria dos
230 conselheiros – de que são dois artigos diferentes e que se aplicam prazos
231 diferentes. Agora, eu pergunto à conselheira: a conselheira quer propor uma
232 moção no âmbito desta Câmara ou vai fazer esse questionamento, oficialmente,
233 pela instituição?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Fonasc
234 trouxe essa questão para que conste da ata, na íntegra. As respostas dadas
235 tanto pela assessoria do Gabinete quanto pelo assessor Yuri, no entendimento
236 do Fonasc, não fazem sentido, porque não responderam à questão chave, que
237 é: ‘cinco dias’. Porque ele respondeu que ‘cinco dias’ não contam o dia da
238 reunião. Aqui foi respondido que os cinco dias contam o dia da reunião. E nós
239 temos duas situações claras: o Parecer Único, em que os cinco dias contaram o
240 dia da reunião e o dia do envio; e mais uma questão clara, que o parecer de
241 vista do Fonasc não pôde ser enviado. Então, não é uma questão de moção, o
242 Fonasc está requerendo uma manifestação jurídica da SEMAD sobre o que é a
243 questão dos cinco dias. Só para completar, ele colocou que uma justificativa é
244 que tem uma questão administrativa, que é de segunda a sexta. Repita para
245 mim, por favor.” Lucas Alpoim de Araújo, da assessoria do Gabinete da SEMAD:
246 “Pela Lei do Processo Administrativo estadual, os atos processuais são
247 praticados de segunda a sexta-feira, dentro do horário de repartição. A
248 excepcionalidade, conselheira, se deve ao fato de que, para acolher o vosso
249 pleito de maior tempo de manifestação, abriu-se a possibilidade de que a
250 devolução do parecer de vista dessa representação fosse encaminhada no
251 domingo, para fins de que houvesse cinco dias para conhecimento dos
252 conselheiros e da sociedade sobre o que foi colocado por vossa representação.”

253 Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da CMI: “Só retificando, mais uma
254 vez, com todo respeito, conselheira, tem que ler o que está previsto no
255 regimento. Igual o Dr. Lucas já colocou, em relação ao material disponível para
256 a reunião, o artigo 20 está muito claro, está lá escrito ‘incluídos os dias da
257 publicação e da reunião’.” Não é entendimento meu, está escrito no artigo 20.
258 São prazos diferenciados, porque está escrito de forma diferente no artigo 20:
259 ‘incluídos os dias da publicação e da reunião’.” Conselheira Maria Teresa Viana
260 de Freitas Corujo: “De novo.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
261 “Conselheira, eu vou pedir só para nós passarmos por esse tema, porque aí, se
262 a conselheira quer um pedido escrito...” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de
263 Souza: “Eu ia fazer a mesma proposta que o presidente fez. Como é um
264 entendimento jurídico, e a conselheira Maria Teresa não está satisfeita com o
265 esclarecimento jurídico e ela tem todo o direito de não concordar – aí depois ela
266 tem que apresentar as contrapartidas em relação à discordância dela –, eu
267 sugiro que o que o presidente falou seja feito por conta do Fonasc: apresente,
268 de novo, os esclarecimentos feitos na Câmara em relação à discordância do
269 Regimento, e apresente um novo documento para que tenha um formal
270 posicionamento da Secretaria e do COPAM.” Conselheira Maria Teresa Viana
271 de Freitas Corujo: “O Fonasc vai fazer isso, só que nós já fizemos outras
272 demandas ao Estado. Já temos um ofício protocolado, há muitos meses, sobre
273 a questão do impedimento nas Câmaras, e não obtivemos resposta. Eu falei
274 aqui nessa reunião que dois requerimentos que tinham a ver com essa reunião
275 não foram sequer respondidos. Então, não é que não vamos fazer. É por isso
276 que nós avaliamos importante trazer aqui nesta reunião e com o conhecimento
277 dos demais conselheiros. O Fonasc não teve retorno. Não significa que nós não
278 vamos continuar formalizando ao Estado. O Fonasc está requerendo um
279 parecer jurídico sobre qual é o entendimento dos cinco dias. Porque houve uma
280 situação concreta em que esses cinco dias foram atendidos de forma distinta. É
281 isso.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Como os outros dois
282 esclarecimentos fazem parte da pauta desta reunião, eu posso até passar por
283 eles, que vão ser tratados no âmbito desta reunião. Nós temos os
284 esclarecimentos com relação aos dois e-mails encaminhados pela conselheira.
285 Com relação à disponibilização do local, é um local onde acontecem as
286 reuniões do Conselho. Há mais de dez anos, os conselheiros se reúnem nesse
287 local. Esta reunião foi uma reunião com participação pública, mas é limitada e
288 vai ser sempre limitada à capacidade do local. Então, é por isso que nós
289 mantivemos e temos mantido, pelo menos nos últimos dez anos, as reuniões
290 deste Conselho aqui. Com relação à proposição da conselheira de convite de
291 pessoas a essa discussão, nós não acatamos e não vamos acatar o pedido da
292 conselheira em função de também não estender. A conselheira já incorporou ao
293 relato de vista o parecer apresentado, e nós vamos ter, efetivamente,
294 oportunidade aqui de discussão de todo o parecer que foi colocado pela
295 instituição, e nós vamos, efetivamente, fazer as discussões. Eventualmente,

296 com pedidos de esclarecimentos, com solicitações, as pessoas podem se
297 manifestar, como nós fazemos no trâmite normal dos processos aqui. Então,
298 nós vamos manter esse padrão que vimos adotando desde que o Conselho
299 retornou aqui para as Câmaras Técnicas votarem os processos. Então, os dois
300 esclarecimentos são próprios para serem trazidos na reunião, e isso nós
301 estamos trazendo aqui.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “Eu
302 gostaria de comunicar à Câmara de Atividades Minerárias com relação à
303 denúncia feita pela conselheira Teca na última reunião, no dia 11/12, sobre um
304 barramento da AngloGold Ashanti, denominado Rapaunha. Está sendo
305 protocolado lá embaixo, agora, uma resposta em relação à denúncia. Os laudos
306 que a empresa colocou são laudos da empresa em relação à estabilidade do
307 barramento, que não tem nenhum problema, que a empresa cumpre toda a
308 norma brasileira, inclusive internacional, que a AngloGold vem fazendo.
309 Portanto, o barramento da Rapaunha é estável, não corre risco de rompimento.
310 Sendo assim, a denúncia realizada é completamente inverídica. Como qualquer
311 barramento no Estado de Minas Gerais, ele está sendo muito bem verificado,
312 como todos os outros. E ratifico aqui que foi protocolada a resposta em relação
313 à denúncia da conselheira Teca. Que é uma preocupação não só do Estado de
314 Minas Gerais como do governo federal e do DNPM. Foi feita fiscalização, o
315 DNPM tem uma norma específica para barragens, hoje, junto com o Ministério
316 de Minas e Energia. Então, todas as empresas associadas ao Sindicato da
317 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais vêm cumprindo a normatização
318 mineira e brasileira. Eu deixo uma cópia para a Câmara, para disponibilizar.”
319 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok. Nós vamos disponibilizar como um
320 documento desta reunião. Tem sido prática nesta reunião do Conselho a
321 inscrição no item 3. Nós não estamos aqui cerceando o direito, mas eu vou
322 pedir aos interessados. Nós temos um item que chama ‘Comunicados e
323 Assuntos Gerais’ e temos os itens de votação. Eu acho que trazer itens que são
324 relacionados a itens que estão pautados, eu vou pedir para todos, de forma
325 geral, para ser sucinto e até deixar a discussão para o item de pauta respectivo.
326 Eu estou falando de forma geral, porque isso tem sido colocado na Câmara,
327 mas eu acho que nós devemos. Se temos uma pauta para discutir, e os itens
328 são de discussão dessa pauta, nós devemos discutir no item correto.” Ana
329 Flávia Moreira Santos: “Meu nome é Ana Flávia Moreira Santos, sou professora
330 de antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do
331 Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG). Eu gostaria só de
332 informar ao Conselho que eu fui a pessoa, na verdade, a quem a conselheira
333 Maria Teresa convidou, fez o requerimento para prestar esclarecimentos a esta
334 Câmara. Eu soube do requerimento porque ele foi enviado com cópia para o
335 meu e-mail, e eu respondi, na verdade, me disponibilizando, me colocando à
336 disposição da Câmara. Eu gostaria só de informar que eu não recebi nenhuma
337 resposta do requerimento. E só também me colocar, mais uma vez, à
338 disposição.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Deixa eu também fazer o

339 esclarecimento, porque eu trouxe as questões aqui na reunião, que eram
340 pertinentes à reunião. Mas, professora, inclusive, o que nós temos feito, para
341 também não fugir, é fazer a discussão e aproveitar todas as pessoas que
342 podem participar, os especialistas que geralmente vêm, para elucidar dúvidas
343 colocadas pelos conselheiros. Com certeza, como o relatório que a senhora fez
344 e o grupo da senhora fez está integrando o relato de vista da conselheira Maria
345 Teresa, nós, com certeza, teremos oportunidade de discutir com a senhor. Eu já
346 a agradeço, inclusive, pela disposição de estar aqui, e, com certeza, a senhora
347 vai poder colocar as questões. Nós temos um item do Regimento, que é uma
348 excepcionalidade, e estamos conseguindo conduzir, com vários atores, o
349 Ministério Público e outros atores, dentro desse fluxo. Mas eu já agradeço a
350 participação da senhora, como agradeço a participação de todo mundo que vem
351 aqui, geralmente, a esta Câmara, especialistas, para fazer os esclarecimentos.”
352 Edmar Eufrásio: “Meu nome é Edmar Eufrásio, eu sou hidrogeólogo da
353 Votorantim Metais, em Vazante. A imprensa deu notícia que a senhora
354 conselheira falaria sobre o tema aqui. Para quem não conhece, o
355 empreendimento da Votorantim Metais é uma mina subterrânea de grande porte
356 em uma área cárstica, no município de Vazante. É uma área cárstica, uma área
357 toda particular, com riscos e um cenário ambiental diferente, diferenciando. A
358 mina, é necessário fazer o desaguamento do aquífero. Esse empreendimento
359 está na cidade de Vazante desde a década de 60. A mina subterrânea está
360 atuando desde a década de 90. Ela tem hoje uma série de estudos, ela está
361 muito bem estudada. A empresa é, constantemente, fiscalizada e tem hoje em
362 dia todas as licenças necessárias para estar operando. Com relação ao exposto
363 pela senhora conselheira sobre o rio Santa Catarina, realmente, toda a região
364 Noroeste de Minas – Paracatu; em Vazante não é diferente – vem sofrendo com
365 uma crise hídrica nos últimos quatro anos. O rio Santa Catarina também vem
366 sofrendo. Isso se agravou bastante. Agora no último ano, de 2017, realmente,
367 teve um trecho de aproximadamente 7 km que ficou seco. Essas figuras da
368 apresentação da senhora conselheira, inclusive, são figuras que o
369 empreendedor mostrou em visita do CBH Paracatu e da Supram ao local.
370 Então, realmente, nós estamos passando por essa condição. A Supram NOR,
371 em visita ao empreendimento, solicitou um estudo a respeito de todas essas
372 condições que estão ocorrendo, diferentes, rio seco, ocorrência de dolinas, crise
373 hídrica. Então, já foi protocolado agora, em dezembro, o estudo que foi
374 solicitado à Supram NOR cruzando todas essas informações. Em paralelo, o
375 Ministério Público, conforme colocado, já abriu um inquérito civil. O
376 empreendedor está conversando com o Ministério Público no sentido de como
377 vai ser o estudo adicional que vai ser feito, qual vai ser o escopo, como vai ser.
378 Eu gostaria até de convidar todos os conselheiros que se disponham, que
379 quiserem ir ao empreendimento conhecer a situação. Eu deixo até aqui uma fala
380 do Sr. Oswaldo, presidente do CBH Paracatu, que estava lá na mina
381 conversando, vendo a situação. Ele disse para nós: ‘A notícia é maior do que o

382 fato'. Mas nós gostaríamos aqui de colocar, com clareza, que o empreendedor
383 está fazendo de tudo com toda transparência para deixar tudo bastante definido.
384 E deixo aqui o convite para todos conhecerem.” Lúcio Guerra Júnior: “Meu
385 nome é Lúcio Guerra Júnior, sou de Conceição do Mato Dentro e hoje também
386 sou conselheiro aqui da CMI igual a vocês. Eu já participei também da URC
387 Jequitinhonha como conselheiro e com alguma coisa também eu tenho a
388 colaborar aqui. Em relação ao que está posto da convocação para esta reunião,
389 em relação ao limite de vagas para participação. Agora, parece que foi
390 disponibilizado para 170 pessoas. Nós entendemos que, devido à demanda, às
391 vezes, até de mais pautas junto, nós entendemos que é pouco. Então, nós
392 solicitamos do Estado a verificação talvez desse espaço. Porque lá na URC
393 Jequitinhonha, inclusive, foi alterado o local, passou para ser em ginásio. Então,
394 nós pedimos essa avaliação para que não seja cerceado o direito das pessoas
395 de se manifestarem. E também como expediente do Estado, durante os cinco
396 dias úteis da semana, têm acontecido audiências públicas em feriados e finais
397 de semana e em horários que fogem ao horário de expediente do servidor
398 público, marcado para 6h, 7h da noite. Então, tudo que convém ao Estado é
399 feito da maneira que o favorece e, de certa forma, prejudica a participação da
400 comunidade. Inclusive, o Parecer Único foi disponibilizado, dentro do
401 Regimento, a 5h e poucos da tarde. Está certo, está correto, mas prejudica o
402 andamento da comunidade em relação a esse processo, que foram 459 folhas,
403 se não me engano, para, em quatro dias, a pessoa ter o conhecimento para
404 poder se manifestar. Eu não vou entrar no mérito da questão do licenciamento
405 da AngloGold, mas é uma coisa que precede esta reunião, inclusive. É com
406 muita tristeza que eu vejo pautado esse item da Anglo American como está
407 posto. Porque se vocês pegarem o Parecer Único de 2008, em que esse projeto
408 teve a sua concepção aprovada, se vocês lerem o Parecer Único, vocês verão
409 que era um projeto para não ser instalado em Conceição. Mas, diante de uma
410 atitude política do Estado, de desenvolvimento, foi concedida uma autorização
411 para que fosse instalado lá. E a prefeitura, naquela época, teve uma
412 participação nesse trabalho dessa instalação. Eu vou ler um trequinho que está
413 escrito no EIA/Rima de 2008 e que depois foi reproduzido no Parecer Único
414 também de 2008. ‘Dentre as ações empreendidas, destaca-se a elaboração de
415 um EIA/Rima preliminar, o qual foi submetido e discutido, junto ao município de
416 Conceição do Mato Dentro, por representantes da sociedade civil e
417 organizações não governamentais. Com base nessas discussões, houve
418 diversas reformulações no projeto original do empreendimento como, por
419 exemplo, a alteração do método de disposição de pilha de estéril, de forma a
420 reduzir os impactos sobre propriedades rurais próximas à mina permitindo a
421 recuperação parcial do perfil da serra do Sapo’. Isso que está posto aqui, que
422 iria voltar o estéril para dentro da cava, inclusive revegetando com canga e,
423 possivelmente, tendo a disposição de outro aquífero, mesmo que em uma
424 posição mais baixa, da maneira que isso está posto neste Parecer Único e no

425 EIA/Rima de 2015, isso que foi construído lá atrás está rasgado. Então, essa é
426 a minha manifestação de que o município de Conceição do Mato Dentro, do que
427 autorizou lá atrás, não está sendo respeitado. Para terminar, o Codema, que,
428 naquela época de 2008, participou ativamente, dessa vez, em 2015, foi
429 restringido a ter o acesso ao EIA/Rima. Então, o município de Conceição –
430 apesar de estarem com a anuência aí –, eu digo aos senhores que não tem o
431 conhecimento pleno do que está discutido aqui. É só essa minha manifestação.
432 E eu gostaria que os conselheiros se ativessem, quando for discutida a matéria,
433 para esse e outros pontos em relação ao município e à biodiversidade.”

434 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós estamos discutindo aqui prazos de
435 disponibilização de documentos. Só registrar para os conselheiros que não
436 podemos confundir alguns prazos, alguns horários que são próprios de
437 legislações específicas. O que nós trazemos para a questão do Regimento aqui
438 é o que está escrito no Regimento. Nós temos a assessoria jurídica aqui e a
439 assessoria da SEMAD para esclarecer as questões do Regimento. Nós não
440 podemos confundir prazos do Regimento com outros prazos ou outras regras
441 para audiências públicas e outras questões.” Conselheira Maria Teresa Viana
442 de Freitas Corujo: “Eu queria registrar só que essa nova disposição me chamou
443 muito a atenção. É como se estivessem querendo trazer uma proteção total a
444 nós, tanto é que estamos cercados aqui. E eu acho que, em termos de
445 segurança, não foi bem observada. Eu não sei qual foi a justificativa para essa
446 mudança tão radical, inclusive porque, se aqui houver uma emergência e se
447 tivermos que sair, os espaços aqui são mínimos. E na realidade a sensação que
448 eu tive foi assim: quiseram pôr os conselheiros todos protegidos de alguma
449 coisa. E eu já trouxe aqui em uma reunião: existe também uma falta de
450 equidade, até nesse sentido, no tratamento com as questões. Eu estava aqui
451 quando foi a votação de Maravilhas III, lá na URC, tinha 250 funcionários da
452 Vale, não havia nenhuma barreira com os conselheiros. Esses funcionários
453 ficaram atrás de nós, ocuparam todos os espaços. O Fonasc vem requerendo
454 que haja equidade do Estado nas questões ambientais, porque isso é violar
455 direitos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conselheira, as mudanças
456 colocadas pela secretaria executiva vêm tentando trazer o espaço para melhor
457 formatação. Nós estamos tentando esse formato para verificar como a reunião
458 vai acontecer. Esse formato foi adotado nas reuniões que estão acontecendo
459 durante a semana toda aqui neste Conselho. É um teste do Estado para
460 verificar essa questão. Preza pela segurança, sim, porque aqui também tem o
461 acesso diferenciado que pode ser utilizado, aqui por trás. Então, nós temos
462 algumas questões de segurança que estão sendo colocadas, que nós temos
463 que adaptar o espaço. O espaço tem que ser adaptado, e nós estamos fazendo
464 esses testes. Então, qualquer mudança colocada aqui tem o intuito de melhorar
465 o trabalho deste Conselho, que passa por adaptações. Esse é um espaço que
466 nós estamos adaptando constantemente para essas questões. Então, é no
467 intuito de somente melhorar, de contribuir para essa questão.” Conselheiro

468 Newton Reis de Oliveira Luz: “É curiosa essa observação da conselheira Teresa
 469 Corujo. Nós temos participado de todas as reuniões, desde o início daqui. Pelo
 470 que me conste, eu não faltei a nenhuma e tenho acompanhado. Já estive
 471 também em audiência pública. O que nós podemos perceber é o seguinte.
 472 Quando nós temos a participação de representantes de empresas – e não só
 473 dessa empresa que foi mencionada pela conselheira, mas de outras também –,
 474 são participações lícitas, justas, porém de uma forma civilizada, o que,
 475 infelizmente, não aconteceu na reunião anterior. Inclusive, eu estava no relato
 476 de vista e tive que interromper o relato de vista pelo nível de perturbação que
 477 houve. Eu acho é lícita a participação. Está sendo respeitada aqui a
 478 oportunidade de participação. Se o número não é suficiente, então, tem que se
 479 procurar achar uma forma adequada para que possam todos participar. Mas eu
 480 não vejo aqui impedimento para que a comunidade possa se manifestar. Mas o
 481 que, de alguma forma, nos traz um certo desconforto é estar aqui exercendo
 482 uma função, para nós, particularmente, honorífica, mas uma função pública, a
 483 que nós nos colocamos aqui à disposição para colaborar, mas, por outro lado,
 484 estamos nos vendo impedidos de tocar a nossa reunião. Se há manifestação
 485 com faixas, com presença de pessoas, não há nenhum problema. O que não
 486 pode, no meu modo de ver, é aquela barulhada, aquela manifestação ruidosa e
 487 também, de alguma forma, ofensiva, as pessoas provocando no sentido de se
 488 aproximarem de conselheiros, se aproximarem de participantes aqui com o
 489 intuito mesmo de intimidar. Essa não é a razão que eu penso que seria a melhor
 490 participação.” **4) EXAME DA ATA DA 17ª REUNIÃO.** Item retirado de pauta e
 491 remetido à próxima reunião em virtude da impossibilidade de disponibilização da
 492 ata no prazo regimental. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
 493 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1)**
 494 **Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu aberto com**
 495 **tratamento a úmido, minério de ferro. Conceição do Mato Dentro e**
 496 **Alvorada de Minas/MG. PA 00472/2007/008/2015, DNPM 830.359/2004.**
 497 **Classe 6. Apresentação: Suppri e Supram Jequitinhonha. Retorno de vista:**
 498 **conselheiros Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Paula Meireles Aguiar,**
 499 **Guilherme Augusto Duarte de Faria e Júlio César Neri Ferreira.** Item retirado
 500 de pauta pela Presidência. Presidente Renato Teixeira Brandão: “Só
 501 ressaltando que o item 5.1 vai ser retirado de pauta. ‘Ontem, em comum acordo
 502 com o Ministério Público de Minas Gerais, a empresa e o Poder Executivo
 503 decidiram pela realização de reuniões técnicas para elucidação de dúvidas que
 504 persistem e trazidas por parte da sociedade civil previamente à deliberação da
 505 licença. Para que isso se viabilize, a SEMAD, primando pelo diálogo, entendeu
 506 por bem retirar o processo de pauta, comprometendo-se a retorná-lo já no
 507 próximo mês’. Esse é o comunicado com relação à questão da retirada de pauta
 508 do item 5.1.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Diante da
 509 decisão, o Fonasc entende que – isso estava no nosso parecer – são tantas as
 510 pendências e tantas informações, inclusive complementares que vieram sendo

511 solicitadas... O Fonasc não está entendendo que já está marcada uma data de
 512 retorno em janeiro. Inclusive, se é necessário, e o Estado vem demandando,
 513 isso nós vimos no processo: muita informação complementar foi pedida, nos
 514 últimos dois meses, inclusive, depois da audiência pública. Então, o Fonasc
 515 quer registrar e depois vai ver como formalizar ao Ministério Público, a quem
 516 participou do entendimento, que não há como se pautar de novo, correndo.
 517 Porque é uma questão de estudos e informações que estão faltando e que têm
 518 que ser devidamente tratados, inclusive de controle ambiental. É muito
 519 importante a decisão tomada de ter retirado de pauta, mas é muito inaceitável
 520 que já se esteja afirmando e garantindo que vai voltar na próxima reunião, que
 521 seria em janeiro. Que fique constando, e nós vamos ver que providências tomar
 522 a respeito.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
 523 **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1)**
 524 **Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto sem**
 525 **tratamento ou com tratamento a seco, minerais metálicos, exceto minério**
 526 **de ferro. São Sebastião da Vargem Alegre e Guiricema/MG. PA**
 527 **00309/1996/174/2007, DNPM 830.660/1980. Condicionante nº 20. Classe 5.**
 528 **Apresentação: Supram Zona da Mata. Retorno de vista: conselheiros Maria**
 529 **Teresa Viana de Freitas Corujo, Paula Meireles Aguiar, Guilherme Augusto**
 530 **Duarte de Faria e Júlio César Neri Ferreira.** Alteração de condicionante
 531 aprovada por unanimidade, com abstenção do Fonasc, nos termos do Parecer
 532 Único. A Presidência registrou nove votos favoráveis ao Parecer Único.
 533 Declaração de abstenção de voto - Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
 534 Corujo: “Abstenção pela impossibilidade de ter olhado esse item de pauta.”
 535 Transcrição das manifestações que antecederam a votação deste processo.
 536 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu pergunto se, neste item que nós
 537 vamos discutir agora, algum conselheiro tem algum impedimento ou suspeição
 538 para votar. Não tendo nenhuma manifestação, nós entramos no item. Eu vou
 539 pedir para a conselheira Maria Teresa apresentar. Só para ela registrar. Por
 540 favor, conselheira.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O
 541 Fonasc não conseguiu preparar o parecer de vista diante do prazo que foi
 542 realmente, praticamente, de quatro dias. Diante do processo de licenciamento
 543 da Anglo American, que demandava e era realmente de uma grande magnitude.
 544 E nós queremos registrar que, quando colocamos que o Fonasc vem sendo
 545 violado no seu direito na competência desta Câmara, esse é um exemplo claro.
 546 O Fonasc tem feito questão de conhecer os processos, de se manifestar, de
 547 fazer seus pareceres de vista com critério para contribuir no âmbito da proteção
 548 ambiental e da sociedade, e não ter feito um parecer de vista por essas
 549 questões é, no entendimento do Fonasc, muito grave. E nós lamentamos,
 550 principalmente, em relação a essa região. Já passaram outros processos sobre
 551 o município de São Sebastião de Vargem Alegre e Guiricema dessa mesma
 552 Companhia Brasileira de Alumínio. Embora seja só uma alteração de
 553 condicionante de Licença de Operação, o Fonasc lamenta não ter tido

554 oportunidade de olhar isso devidamente.” Conselheira Paula Meireles Aguiar:
555 “Para deixar claro que nós estamos julgando alteração do prazo de uma
556 condicionante de uma Licença de Operação e, literalmente, pegar o prazo da
557 condicionante e adequar à legislação ambiental. Então, é uma coisa muito
558 simples, e nós temos que ater a discussão a isso, é isso que está pautado aqui.
559 O nosso parecer foi entregue tempestivamente, ele é de acordo com a
560 adequação do prazo da condicionante ao prazo da DN específica de educação
561 ambiental, que é a DN 214, nos termos do parecer da Supram. É algo
562 extremamente simples. E eu queria registrar o custo altíssimo para o Estado e
563 até para o próprio empreendedor de ter que deslocar toda uma equipe da
564 primeira vez para pautar esse processo e agora novamente, e não termos nem
565 um retorno de vista. Mas, tudo bem, o meu parecer foi disponibilizado e é nos
566 termos do parecer da Supram.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza:
567 “Da mesma forma. Faço das palavras da Paula as minhas palavras. Em relação
568 ao nosso parecer, nós fizemos em conjunto. Eu concordo com o que a
569 conselheira Paula falou. Então, nós nos atemos ao parecer da Supram.”
570 Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Nós que frequentamos esta Câmara
571 de Mineração, tanto na fase anterior, em diversas vezes, sem, absolutamente,
572 desconsiderar o pedido de vista da conselheira, muitas das vezes, se temos a
573 presença aqui seja da equipe técnica da Supram e de representantes da
574 empresa, é bem possível esclarecer dúvidas em relação a isso. Então, pelo
575 menos, a tentativa. Se não for possível esgotar nos esclarecimentos feitos pelos
576 representantes da equipe técnica da Supram e também dos representantes da
577 empresa, então, sim, permaneça, então, o relato de vista. Mas, muitas das
578 vezes, eu já participei de outras reuniões em que as dúvidas foram dirimidas
579 aqui no âmbito da reunião do Conselho. Então, dispensaria esse processo ser
580 repautado em uma nova reunião para trazer-nos de volta aqui para discutir. E
581 sempre considerando o meu caso, que represento um conselho de
582 profissionais. Como engenheiro, nós entendemos que a empresa, sem
583 desconsiderar os aspectos de preservação, de sustentabilidade ambiental, mas
584 também tem as decisões que a empresa precisa para poder tocar em frente. Os
585 resultados têm sido apresentados aqui. Nós temos 12 conselheiros, nós somos
586 12 conselheiros, e os resultados têm sido bastante consistentes. Não precisa
587 repetir aqui o resultado obtido aqui nas votações. Então, o setor público está
588 aqui representado, a sociedade civil, da qual eu faço parte, também está aqui
589 representada, e todos nós com o direito de expressar a nossa posição. E os
590 resultados têm sido consistentes. Não precisa repetir aqui quais os valores que
591 têm sido nas últimas reuniões. Então, eu gostaria que a Presidência se
592 manifestasse em relação a isso, sem, absolutamente, desconsiderar a
593 possibilidade de qualquer um de nós aqui, respeitando o regimento, de pedir
594 vista do processo.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu pedi
595 a palavra porque foi mencionada a questão de o Fonasc pedir vista. O
596 conselheiro do Crea esqueceu um detalhe. Ele falou que nas reuniões têm os

597 técnicos das Suprams e as empresas. Nós estamos tratando aqui de
598 licenciamentos ambientais em lugares com pessoas e ambiente. Então, aqui
599 não estão as pessoas dos territórios. O Fonasc é a única ONG que representa a
600 sociedade civil. Então, quando o Fonasc pede vista, conselheiro, é porque,
601 nesse meio-tempo, nós tentamos localizar, fazemos contato com as pessoas
602 dos territórios, para que elas possam opinar. Porque licenciamento ambiental
603 não pode continuar envolvendo só técnicos do Estado, empresas, e decidir. É
604 por isso, é um direito legítimo. O Fonasc vai manter a sua posição para poder
605 cumprir seu papel da melhor forma possível. Porque, quando era nas URCs,
606 que era regional, ainda era mais fácil para as comunidades, para as
607 organizações, estarem acompanhando essas reuniões. Agora, é em Belo
608 Horizonte. Então, quando se tem aqui licenciamentos Norte, Sul, Leste, Oeste,
609 o Fonasc comunica ao Ministério Público que estamos com esses processos de
610 vista, que estamos com os documentos, se tiverem contribuições. Nós tentamos
611 localizar quem não conhecemos ou ver aonde estão nos territórios, para que se
612 possa cumprir, realmente, o artigo da Constituição Federal que diz que compete
613 ao Estado e à coletividade proteger o meio ambiente. Então, não podemos
614 continuar colocando o Fonasc sendo questionado por pedir parecer de vista,
615 porque existem, sim, uma razão e uma justificativa, e a sua resposta, realmente,
616 de que tem empresa e tem técnicos, então, se pode decidir. Não se tem aqui a
617 sociedade, e por isso o Fonasc dá um tempo para fazer esse contato.”
618 Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “Eu só gostaria de dizer que,
619 em parte, eu concordo com a conselheira, que aqui representa a sociedade.
620 Mas o que o conselheiro Newton pediu é que tem ‘vista’ e ‘vista’, e a vista é
621 regimental. Mas pedir vista em uma decisão de adequação da condicionante de
622 prazo para discutir a tal condicionante que nós pedimos aqui eu acho que
623 também é desnecessário. Mas é um direito da senhora representando a
624 sociedade aqui. É só esse registro. E eu gostaria que fosse constado em ata
625 também a fala de todos que fizeram parte do início desta reunião. Que conste,
626 na íntegra, na ata desta reunião, por gentileza. Aqueles que se inscreveram e
627 falaram.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu gostaria de esclarecer,
628 Maria Teresa, que em nenhum momento eu disse que o Fonasc não pode se
629 manifestar. Não foi isso que eu disse. Pelo menos, no meu entendimento, não é
630 essa a expressão. Eu já participei, inclusive, com outros representantes da
631 sociedade civil ligados a entidades ambientais da sociedade civil com a
632 participação – sem nenhuma crítica – muito mais proativa. Nós, inclusive, já
633 fizemos visita, em regiões. Por exemplo, quando houve o acidente lá em Rio
634 Pomba, foi o representante junto. Com iniciativa da própria Secretaria de Meio
635 Ambiente, nós estivemos no local, com participação. Então, a minha solicitação
636 é que a participação das organizações não governamentais ambientais também
637 possa ser de uma forma mais proativa. Por exemplo, quando nós fazemos as
638 reuniões com os empreendedores – eu já insisti nisso aqui –, não é cooptação
639 do empreendedor, é para buscar entendimento. E a sua posição, representando

640 o Fonasc, sempre tem sido ‘não vamos participar’, ‘não quero participar de
 641 esclarecimento da empresa’, ‘eu vou fazer através do pedido de vista’. Tudo
 642 bem, perfeitamente, é possível ser feito, como está sendo dada oportunidade ao
 643 Fonasc de fazê-lo. Porém, quando nós fazemos essas reuniões, por iniciativa
 644 do empreendedor de esclarecer, nós temos muito mais tempo do que temos
 645 aqui nos 5 ou 10 minutos que são limitados pelo Regimento Interno. Então, nós
 646 conseguimos esclarecer, tirar dúvida e, muitas das vezes, contribuir até com
 647 sugestões e críticas em relação ao que eles estão apresentando. ‘Desse jeito,
 648 nós não concordamos e não vamos participar da aprovação deste ou daquele’.
 649 Então, o que eu estou colocando... Eu pediria que respeitasse a minha posição
 650 aqui como conselheiro. Quanto for dada a oportunidade, a senhora vai falar. Por
 651 favor. Então, é o seguinte, é nessa linha que eu estou dizendo. E eu não estou
 652 aqui pela primeira vez não, eu já estou aqui há muito tempo, então, já vi
 653 participação muito mais proativa. Não estou, de jeito nenhum, impedindo nem
 654 colocando qualquer restrição. Eu estou dizendo o seguinte. Se há possibilidade
 655 de esclarecimento, por que nós vamos retardar o licenciamento? Que pode
 656 beneficiar também a comunidade. Por que não?” Presidente Renato Teixeira
 657 Brandão: “Conselheira, eu vou pedir. Nós estamos seguindo o Regimento. Não,
 658 por favor. Nós vamos seguir o rito aqui para a questão do Conselho. Eu
 659 pergunto aos conselheiros: alguém tem mais alguma consideração nesse item
 660 de pauta? Não, conselheira, eu vou encerrar a discussão, a senhora vai me
 661 desculpar. O conselheiro Newton colocou uma questão que é para a
 662 Presidência. Eu vou responder e vou passar para o item de pauta que nós
 663 estamos discutindo. Conselheiro Newton, desde o início desta Câmara...”
 664 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Renato, com licença.”
 665 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conselheira, por favor.” Conselheira
 666 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O conselheiro Newton pediu, pela
 667 segunda vez, a palavra, e foi concedida.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
 668 “A senhora vai falar pela terceira vez, conselheira?” Conselheira Maria Teresa
 669 Viana de Freitas Corujo: “Vamos rememorar? O conselheiro Newton colocou
 670 uma questão que envolvia o Fonasc pedir vista. Eu fiz uso da palavra e
 671 coloquei. O conselheiro Newton pediu, de novo, uso da palavra e voltou ao
 672 assunto. Eu estou com o direito de uso de palavra, eu tenho direito, como
 673 conselheira – e o Fonasc –, porque foi o conselheiro Newton que trouxe. Eu
 674 quero, então, encerrar e manifestar.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu
 675 quero encerrar a discussão com a palavra da Presidência, por favor.
 676 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O senhor está cortando a
 677 palavra...” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Por favor, conselheira, por
 678 favor. Conselheiro Newton, esta Presidência tentou, desde o início, abrir a
 679 discussão de todos os itens de pauta antes dos pedidos de vista, mas isso não
 680 surtiu efeito. Os conselheiros que estão aqui desde o início, nós tentamos,
 681 regimentalmente, abrir uma discussão, trazer os técnicos aqui para prestar os
 682 esclarecimentos, e até, para um segundo momento de pedido de vista, que

683 essa discussão fosse enriquecida com as discussões que aconteciam aqui. Mas
684 isso não foi possível, e nós temos que seguir o Regimento. Então, em função
685 disso, nós temos tomado a postura de abrir para pedido de vista e não trazer a
686 discussão aqui novamente. O conselheiro pediu esclarecimento. Eu acho que
687 nós estamos em um ponto de pauta que não cabe essa discussão. Por isso, eu
688 estou dando ela como encerrada, e nós vamos discutir o ponto em pauta. Algum
689 conselheiro tem alguma consideração com relação a este processo? Não tendo,
690 nós vamos abrir para as manifestações. Temos dois inscritos.” Oiti Vieira, da
691 Companhia Brasileira de Alumínio: “Eu só queria aqui ratificar o nosso
692 posicionamento a favor do Adendo ao Parecer Único da Supram Zona da Mata
693 e me coloco à disposição para esclarecimentos.” Gabriela Silva, da Companhia
694 Brasileira de Alumínio: “Apenas me colocar à disposição também para eventuais
695 esclarecimentos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu vou abrir também a
696 palavra agora, então, para a equipe técnica da Supram, para prestar o
697 esclarecimento que foi colocado.” Sandra Aparecida Moreira Scheffer, da
698 Supram Zona da Mata: “Eu vim representar a equipe técnica e só mesmo
699 ressaltar que a condicionante só foi, realmente, uma alteração. Foi até um
700 equívoco da Supram ter colocado um prazo de 90 dias, porque a DN já
701 preconizava esse prazo de 360. E foi somente essa correção, tendo ficado essa
702 redação só mesmo de adequação de acordo com essas novas diretrizes da DN
703 COPAM 214/2017.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Feitos os
704 esclarecimentos, processo simples de alteração, eu pergunto se algum
705 conselheiro tem alguma consideração, alguma dúvida ainda com relação ao
706 processo. Não tendo dúvida, nós iniciamos o processo de votação do item 6.1,
707 da Companhia Brasileira de Alumínio, com relação à alteração da condicionante
708 nº 20. Aqueles conselheiros que estão de acordo com o parecer da Supram se
709 mantenham como estão.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
710 “Abstenção pela impossibilidade de ter olhado esse item de pauta.” Presidente
711 Renato Teixeira Brandão: “Então, esse item foi aprovado por nove votos
712 favoráveis e uma abstenção, da conselheira.” **7) PROCESSO**
713 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO AO PARECER ÚNICO DE**
714 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Holcim (Brasil) S/A. Lavra**
715 **a céu aberto ou subterrânea, em áreas cársticas, com ou sem tratamento.**
716 **Barroso/MG. PA 00163/1995/034/2012, DNPM 832.011/1999, 822.551/1971 e**
717 **805.813/1975. Classe 6. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Processo
718 retirado de pauta com pedido de vista do Fonasc e vista conjunta solicitada pelo
719 Ibram e o Sindiextra. Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
720 Corujo: “A justificativa é que o Fonasc, como representante da sociedade civil,
721 entende a importância de ter acesso ao processo e de, nesse ínterim, ter mais
722 tempo para conhecer o empreendimento, fazer contato com as organizações e
723 lideranças ou quem estiver nos territórios. E por isso o nosso pedido de vista.”
724 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Nós estamos bem tranquilos para votar,
725 mas, considerando que temos um prazo adicional, nós vamos aproveitar para

726 nos aprofundar também.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “A
 727 minha justificativa é para aprofundar, da mesma forma que a Paula. Nós
 728 estamos tranquilos em relação ao parecer técnico e jurídico da Supram, mas
 729 nunca é demais para aprender.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 730 **EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DE**
 731 **OPERAÇÃO. 8.1) Minerita Minérios Itaúna Ltda. Lavra a céu aberto com**
 732 **tratamento a úmido, minério de ferro, pilha de rejeito/estéril e barragem de**
 733 **contenção de rejeitos/resíduos. Itatiaiuçu/MG. PA 00368/1989/039/2011,**
 734 **DNPMs 830.000/1989 e 831.987/2007. Classe 6. Condicionante nº 1.**
 735 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta
 736 com pedido de vista do Fonasc e vista conjunta solicitada pelo Ibram e o
 737 Sindiextra. Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A
 738 justificativa é a mesma dada, ainda mais que neste caso envolve também
 739 barragem de rejeito. Embora seja uma alteração de condicionante de Licença
 740 de Operação, é muito importante conhecermos, realmente, melhor o processo,
 741 ainda mais nessa região tão devastada pela mineração.” Conselheira Paula
 742 Meireles Aguiar: “A justificativa é a mesma. Lembrando, como já falou a
 743 conselheira, que estamos discutindo alteração de uma condicionante e que a
 744 discussão deve se ater a isso.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza:
 745 “A mesma justificativa, para poder esclarecer, principalmente nessa área
 746 trabalhada pela mineração nessa região.” **9) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL**
 747 **PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI) DO**
 748 **COPAM PARA O ANO DE 2018. Apresentação: SEMAD.** Aprovado por
 749 unanimidade o calendário de reuniões da CMI para 2018, com a previsão das
 750 seguintes datas das sessões ordinárias: 19/1, 23/2, 23/3, 27/4, 25/5, 29/6, 27/7,
 751 31/8, 28/9, 26/10, 30/11 e 21/12. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
 752 assuntos a serem tratados, o presidente Renato Teixeira Brandão agradeceu a
 753 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

758 **Renato Teixeira Brandão**
 759 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**